FUNCIONARIO PÚBLICO — TRANSFERÊNCIA

— Para a transferência é exigida prévia habilitação em concurso.

— Interpretação do art. 23 da Lei n.º 1.229, de 1950.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 11.517-53

Transferência de carreira. Aplicação do art. 23 da lei n.º 1.229, de 1950, e do art. 53 do Estatuto.

*

PARECER

O Sr. Diretor do Departamento de Correios e Telégrafos renova a proposta, já impugnada pela D. P., no sentido de serem transferidos *ex-officio*, independentemente de habilitação em concurso, cinco Auxiliares Administrativos, da Parte Suplementar, para a carreira de Oficial Administrativo, da Parte Permanente.

2. Invoca-se, como fundamento à medida, o disposto na lei n.º 1.229, de 13

de novembro de 1950, cujo art. 23 faculta a transferência, a requerimento do servidor, uma vez preenchidos certos requisitos e, ainda, o art. 26 da mesma lei, concernente ao acesso de carreira auxiliar à principal.

3. E' sabido que o atual Estatuto, inovando o instituto da transferência, exige a prévia habilitação em concurso, quando a mutação se deva efetuar para carreira de denominação diversa. Em parecer exarado em 18 de novembro de 1952 e publicado no *Diário Oficial* de 8-1-53, pág. 351, salientei o sentido da inovação que, recentemente, foi regulamentada pelo decreto n.º 33.635, de 21-8-53.

4. O art. 23 da lei n.º 1.229, não foi, porém, revogado com a superveniência do princípio geral estatutário. Mostrei, em parecer n.º 9-53, proferido no processo n.º 7.058-52, a conveniência dos dois critérios. Observei, então, que “o art. 23 da lei n.º 1.229, constitui norma especial que, por sua natureza, regula situações excepcionais, para as quais o legislador estipulou soluções próprias, imunes às diretrizes gerais do Estatuto. A substituição dêsse Código por outro, de maior atualidade técnica e cronológica, não transfigurou os aspectos legais do problema, de acôrdo com o princípio da compatibilidade das leis especiais e gerais que, reciprocamente, se respeitam em relação à validade sucessiva dos atos legislativos”.

5. A transferência especial, de que cuida o texto de exceção, sômente se executará nos estritos casos de previsão legal. Condiciona-se, de início, a ato de vontade do funcionário, repelindo, assim, a forma de transferência *ex-officio*. Reclama, de outra parte, a habilitação em concurso de segunda entrância, ou a posse de diploma, certificado ou título de habilitação profissional.

6. Os beneficiários da proposta em exame não se enquadram em qualquer dos pressupostos da lei especial. Não vale o subterfúgio de invocar o art. 26

da mesma lei como meio de comprovar a habilitação profissional ali exigida. Limita-se o preceito em causa a renovar disposição anterior, assecuratória de acesso de Escriturários à classe inicial de Oficial Administrativo. Não atribui título específico de capacidade, mas apenas dispensa, para o trânsito à carreira principal, a exigência regular de concurso, substituindo-a pelo critério de apuração do merecimento absoluto.

7. Acresce que os candidatos à transferência ocupam, atualmente, cargos de Auxiliar Administrativo, classe L, não mais se inserindo no campo de incidência da norma peculiar ao acesso prescrito no art. 26 da lei n.º 1.229.

8. Não exige, portanto, no caso focalizado, a exceção da lei especial, devendo a transferência em cogitação submeter-se ao regime genérico, consubstanciado no Estatuto, ou seja, à abertura de concurso específico, com igual oportunidade para outros candidatos potenciais, desde que assim o permita a situação da nova carreira e seja atendida a conveniência do serviço.

E' o meu parecer, S. M. J.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1953.
— Caio Tácito, Consultor Jurídico.

Aprovado. Em 12-10-52. — Arízio de Viana.